

O mal que se repara: violência contra mulheres nos contos de Gonçalo Fernandes Trancoso

An evil to be repaired: violence against women in the tales of Gonçalo Fernandes Trancoso

Luís André Nepomuceno

Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, Minas Gerais / Brasil

luisandre.nepomuceno@gmail.com

Resumo: Apesar de o primeiro livro de narrativas curtas da literatura portuguesa, os *Contos e histórias de proveito e exemplo*, de Gonçalo Fernandes Trancoso (Lisboa, 1575), proporcionar histórias leves, por vezes divertidas, para servirem de exemplo moral aos leitores católicos, dois contos saltam à vista pela violência explícita contra mulheres: as narrativas I 3 e III 6 (conforme a edição moderna, que inclui os contos proibidos pela Inquisição em 1585), em que duas jovens pobres se veem raptadas e violentadas por homens nobres. Partindo de uma leitura histórica, buscando evidenciar a mulher não exatamente como sujeito da violência, mas como objeto de um prejuízo familiar, na medida em que representava, à época do Renascimento, um patrimônio ético da própria família, este artigo procura evidenciar que, mais do que histórias sobre violência contra mulheres, os contos selecionados representam narrativas sobre como a nobreza é capaz de restituir seus valores e mostrar que, por trás da aparência do mal e da brutalidade, existe a essência do que é ser nobre.

Palavras-chave: Renascimento português; violência sexual; ética nobre; Gonçalo Fernandes Trancoso.

Abstract: Although the first book of short-stories in Portuguese literature, *Contos e histórias de proveito e exemplo*, by Gonçalo Fernandes Trancoso (Lisbon, 1575), approaches light, sometimes amusing narratives, serving for the moral example of catholic readers, two tales stand out because of its explicit violence against women:

narratives I 3 and III 6 (according to the modern edition that includes the stories prohibited by the Inquisition in 1585), in which two young and poor girls are kidnaped and raped by noble men. Considering a historical analysis, that evinces the woman not exactly as the subject of violence, but as an object of a household damage (because along the Renaissance she represented an ethic patrimony of the family), this paper aims at showing that, more than stories about violence against women, the selected short-stories represent narratives on how nobility is able to restore its values and prove that, behind the appearance of evil and brutality, there is an essence of what means to be a noble.

Keywords: Portuguese Renaissance; sexual violence; noble ethics; Gonçalo Fernandes Trancoso.

Recebido em: 19 de outubro de 2016.

Aprovado em: 27 de março de 2017.

Quando Gonçalo Fernandes Trancoso publicou a primeira coletânea de narrativas curtas da literatura portuguesa, os *Contos e histórias de proveito e exemplo*, em 1575, parecia conceber seu livro como um volume de *exempla* e modelos de comportamento, conforme aprendera nos catecismos da moral pós-tridentina. Teria lido Boccaccio e seu imitador espanhol, Juan de Timoneda, mas deles só absorvera a feição moralizante que tanto caracterizaria o conto como gênero na península Ibérica. João Palma-Ferreira, atento leitor do contista português, anota que a tradição boccacciana se dilui, na península, “por um lado, forçando ainda o caminho da história de exemplo, e, por outro, transformando-se numa teoria da sentença cristã”.¹ O livro de Trancoso, portanto, recatado e honesto, afora umas emendas e proibições que a Inquisição lhe impôs já no século XVI, por conta de umas histórias de magia e elementos sobrenaturais, acabou por se transformar mesmo num volume quase doutrinário: uma edição de 1646 dos contos, impressa por António Alvarez, incluiu uma “Breve recompilaçam da Doutrina dos Mistérios mais importantes da nossa santa Fé, a qual todo o cristão é obrigado a saber, com Fé explícita”, feita pelo padre António Rebelo,² identificando o livro com catecismos e breviários da Igreja.

¹ PALMA-FERREIRA. Gonçalo Fernandes Trancoso, p. 45.

² MIMOSO. *Contos & histórias de proveito & exemplo*: uma obra exemplar, p. 297.

O volume, desprezioso, sem a erudição de seus pares italianos e espanhóis, tomou dimensões que o autor provavelmente não esperava. Sobre ele, Cleonice Berardinelli anota: “Editada, pela primeira vez, em 1575, teve, até 1861, onze edições, enquanto, no mesmo espaço de tempo, *Os Lusíadas* eram impressos doze vezes. A coletânea de histórias estaria destinada a tornar-se um verdadeiro *best-seller* no séc. XVI”.³ A explicação para o seu inesperado sucesso poderá ser justamente a simplicidade com que o autor nos apresenta as histórias: com fluência linguística, quase a manter com o leitor um tom de conversa, por vezes adaptando cenários estrangeiros para a realidade íntima de Lisboa. Era a primeira vez que se publicava em Portugal um volume de narrativas curtas.

Em meio às histórias de exemplaridade e recato, distribuídas pelas três partes do livro (a primeira, dada à estampa em 1575, e as duas outras, postumamente, em 1585), pelo menos duas delas evidenciam explícita violência sexual contra mulheres, temática inusitada e espinhosa que o nosso contista abordou com relativo realismo e coragem. Nos dois contos (narrativas mais longas, de sabor italiano e renascentista), veem-se nobres brutais e sedentos de luxúria que raptam ou tentam violentar meninas frágeis, virgens e pobres.

Na primeira delas (I 3),⁴ uma jovem lavadeira e costureira, durante uma viagem com o irmão, é raptada por um “fidalgo de título”, que a leva a sua casa, tentando despi-la e querendo tomá-la à força, depois de sentir-se recusado e de levemente lhe oferecer riquezas. Heroica, ela consegue se ver livre dele, mas deixa para trás uma camisa do vestido, que o fidalgo deverá usar para reencontrá-la. Tomado de vergonha pelo que fizera, mas especialmente encantado com o gesto virtuoso e estoico da mocinha, nosso fidalgo sai em busca de seu novo amor com o vestido em mãos: agora, anseia pela alma nobre, não mais pela beleza sedutora que o induzira ao mal. Reencontrada em casa, junto de seus familiares, a lavadeira é de novo abordada pelo fidalgo, agora outro homem, que então se oferece à promessa conjugal. Intimidada pelo abismo das diferenças

³ BERARDINELLI. Um *best-seller* do séc. XVI, p. 77.

⁴ Nas citações de contos de Trancoso, neste artigo, os números romanos referem-se à parte do livro e os arábicos, ao número do conto na coletânea, conforme a edição de Fernando Ozorio Rodrigues, que apresenta a relação completa das histórias, incluindo os contos proibidos pela Inquisição em 1585.

sociais, ela se apresenta para ser “a menor de sua casa”,⁵ mas aceita o papel que se lhe oferece como esposa.

Na segunda história (III 6), uma lavradora, filha de moleiro, é violentamente raptada por Maurício, cavaleiro da casa do duque Alexandre de Médici, nas suas terras em Florença. O jovem nobre, enlouquecido de paixão, atropela a sua ética de cavaleiro e toma a menina por uma presa fácil, a considerar sua condição social: “como ele era tão nobre assi em linagem como em riqueza, pretendeu de a requerer e que o havê-la lhe seria fácil cousa”.⁶ Cada vez mais tomado de luxúria, o cavaleiro a mantém aprisionada em um dos quartos de seu castelo, prometendo-lhe riquezas, mas será surpreendido pela visita inesperada de Alexandre de Médici, o duque de Florença, abordado pelas súplicas do moleiro, pai da menina, a lhe pedir justiça. A indignidade de Maurício é exposta publicamente e, como paga da honra, o jovem é obrigado a casar-se com a menina que ele intentara tomar à força.

Será difícil apreender uma suma dos múltiplos universos díspares de Trancoso: personagens de muitas classes sociais, trabalhadores, plebeus, nobres, mulheres, feiticeiras, mercadores (talvez a classe mais representada), eclesiásticos e mesmo reis e rainhas desfilam pelo livro, denunciando um mundo de grande variedade social. Nas duas histórias selecionadas para este estudo, salta à vista uma oposição flagrante entre a ignomínia de jovens nobiliárquicos e a grandeza estoica de mulheres pobres. Não é recurso incomum na obra do contista: Cesarina Donati já observou que, a despeito da diversidade de tipos femininos que circulam pelo livro, a honesta e fiel, com os olhos pregados no chão, pronta a seguir o pai ou o marido, é, de fato, o perfil mais comum; e que, a julgar pela diversidade de tipos sociais, a nobreza em si não garante a virtude: “L’alto lignaggio e la nobilità non sembrano d’altronde granché come garanzia di virtù”.⁷

Na exposição de narrativas notoriamente moralizantes, Trancoso cuidou, ele mesmo, de evidenciar o caráter ético de cada um de seus personagens. Seria uma atitude quase doutrinária: na introdução de cada

⁵ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, I 3, p. 121

⁶ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 6, p. 284.

⁷ “A alta linhagem e a nobreza, por outro lado, não parecem ser uma garantia de virtude” (DONATI. *Non solo virtuosa: diverse tipologie femminili nella narrativa di Gonçalo Fernandes Trancoso*, p. 124; 127, tradução minha).

conto, põe à luz uma epígrafe, uma espécie de tabuada para servir de sumário do livro, tornando manifesto o seu ensejo didático, sem que o leitor possa se desviar das intenções do autor. Cristina Nobre reconhece que as tabuadas com intertítulos no começo de cada conto, sejam elas inclusões posteriores de editores, sejam inserções do próprio Trancoso, apresentam uma função descritiva, que repercute com determinadas consequências para o leitor, “que parte para uma primeira leitura do texto já com o conhecimento do princípio ético que ecoará em todo o conto”, ou seja, “o sumário do argumento é encabeçado por uma interpretação antecipada do próprio conto”.⁸

Isso quer dizer que o universo social e político de Trancoso está submetido a determinados princípios éticos em que ele possivelmente acredita, ou pelo menos expõe como verdade. Os nobres se desvirtuam, como homens que são, mas acabam por encontrar o caminho que repara os erros causados pelo ímpeto das paixões. Ao final, consolidam a nobreza de que deveriam estar imbuídos, como numa confirmação de um mundo social estável. Finazzi-Agrò denuncia nos *Contos* do escritor português um maniqueísmo moral sempre tendencioso a manifestar “a imagem de um mundo cheio de certezas”.⁹ As epígrafes que prenunciam a moralidade dos personagens serão, portanto, testemunhas de seu projeto maniqueísta.

No conto I 3, por exemplo, a epígrafe antecipa que Deus acode “as donzelas obedientes, devotas e virtuosas, que por guardar sua honra se aventuram a perigo da vida”;¹⁰ e no conto III 6, a inscrição revela “de quanto preço é a virtude nas mulheres, especialmente nas donzelas”.¹¹ Em ambos os casos, seja por interpretação dos editores, seja por intenção do próprio Trancoso, fato é que o leitor é direcionado a ler histórias de mulheres virtuosas, donzelas obedientes e devotas que salvaram sua honra à custa de heroísmo. Em princípio, portanto, não é uma história de homens, mas narrativas tendentes ao elogio da bravura feminina, ou, mais que isso, histórias para o exemplo das mulheres. Afinal, são donzelas que, muito embora anônimas (nenhuma delas tem nome), mostram-se modelo de magnanimidade, em especial a primeira, que arrisca a vida para salvar a honra.

⁸ NOBRE. *Um texto instrutivo do século XVI de Gonçalo Fernandes Trancoso*, p. 77-78.

⁹ FINAZZI-AGRÒ. *A novelística portuguesa do século XVI*, p. 102-103.

¹⁰ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, I 3, p. 117.

¹¹ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 6, p. 283.

Será razoável considerar, portanto, que a função pedagógica dos contos de Trancoso, pelo menos a julgar pela composição de seus estoicos retratos femininos, põe em cena a donzela que deve cumprir uma função de virtude exposta como exemplaridade. São mulheres inegavelmente virtuosas, acima de tudo. A correção dos nobres que decorre da confrontação com a virtude feminina exige uma espécie de “espelho”, ou seja, a correção do mau comportamento nobre se dá por um jogo de comparação e anamnese. Em outros termos, a mulher, ou pelo menos a sua imagem, ou o seu modelo, exige a confrontação do nobre consigo mesmo, a partir do espelho da virtude que o coloca diante do direito ilegítimo de fazer o mal. Essas mulheres são instrumentos para a restauração de uma ordem hereditária, a da nobreza, embora essa ordem não seja própria da condição social delas. Nesse sentido, o desfecho em casamento torna-se coerente dentro da ordem social mais abrangente, não apenas por elas serem patrimônio da família, mas também porque revelam-se espelho de valores na correção e formação de homens.

Emilio Dasí lembra que as histórias de cavalaria, ainda recorrentes na península Ibérica nos tempos de Trancoso, insistiram excessivamente no ato de “ver” e “contemplar” como elementos caracterizadores da admiração de modelos belos e virtuosos, efetivamente como “espelhos de cavaleiros”, a exemplo do *Espejo de caballerías*, de Pedro López de Santa Catalina: “muchos escritores del XVI siguieron considerando que leer o escuchar sus invenciones implicaba para sus lectores u oyentes ‘ver’ la imagen apetecida del ideal”.¹² As donzelas da contística de Trancoso, conforme os exemplos de virtuosidade extraídos das novelas de cavalaria, mostram-se espelhos, objetos de admiração do “ver” e contemplar.

Mas o elogio da donzela honrada e destemida, somado às epígrafes igualmente elogiosas da honestidade e da obediência, pode ser apenas superficial, inclinado sutilmente a encobrir outras questões, estas, sim, vocacionadas ao interesse masculino.

Cristina Nobre, avaliando a inserção de personagens femininas no livro de Trancoso e, naturalmente, considerando o universo histórico do Renascimento português, nota que “o papel da mulher continua a ser, ainda e sempre, o de guardiã de um discurso em que os valores

¹² “Muitos escritores do séc. XVI continuaram considerando que ler ou escutar suas invenções implicava para seus leitores ou ouvintes ‘ver’ a imagem apetecida do ideal” (DASÍ. “Ver” y “mirar” en los libros de caballerías, p. 3, tradução minha).

tradicionais continuam a vigorar”.¹³ Em outros termos, mais do que sujeito de sua existência social, a mulher, nos princípios da Modernidade, é apenas representativa de um patrimônio, de um bem familiar, e sua figura virgem e recatada ajuda a compor metaforicamente os estratos morais de uma herança a ser preservada. Na história da violência contra mulheres, especificamente na história dos raptos e estupros, pelo menos a considerar os primórdios do mundo moderno, época histórica de nosso escritor português, o roubo da virgindade e a agressão sexual contra meninas impúberes tornam o “pecado” do estupro bem mais culpável, não porque a violência se mostra mais brutal e moralmente repulsiva, mas porque a castidade é patrimônio de família e a perda desse bem significa, ao mesmo tempo, a perda simbólica, ou efetiva, de um pecúlio, de uma herança. É crime que, aos olhos da justiça daquele tempo, ofende bem mais os pais e tutores do que a própria vítima.

De resto, a mitologia e a literatura se veem plenas de histórias de sequestros de mulheres, em que os maridos, pais ou tutores buscam o ressarcimento de seu prejuízo moral em face da violação do patrimônio familiar. A célebre história do rapto das sabinas nas origens da fundação de Roma, por exemplo, narrada por Tito Lívio, na sua *História de Roma (Ab urbe condita)*, e por Plutarco, nas *Vidas paralelas*, é caso semelhante em que mulheres representam os estratos morais de uma herança, tornando-se muito mais o objeto violado do que propriamente o sujeito de uma história de violência.

Georges Vigarello, no seu estudo sobre a violência sexual contra mulheres, explica que, no Antigo Regime na França, a transgressão moral imputada ao estupro, com seus ares de “pecado da luxúria”, acabava por mascarar a violência que nele contém, o que fazia com que à mulher fosse recusado o *status* de sujeito da própria violência:

É exatamente porque o universo da falta, do pecado, está na base do julgamento do Ancien Régime que a violência é pouco notada e a vítima de um estupro logo se torna suspeita: atores penetrados pela blasfêmia, contaminados pelos gestos cometidos, classificados nas categorias da impureza. O olhar dirigido para a transgressão moral é um obstáculo ao olhar dirigido para a transgressão violenta.¹⁴

¹³ NOBRE. *Um texto instrutivo do século XVI de Gonçalo Fernandes Trancoso*, p. 192.

¹⁴ VIGARELLO. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*, p. 43.

Outros pecados da luxúria, como a sodomia, a bestialidade e o incesto, eram todos equiparados ao estupro num mesmo plano de julgamento moral, e levavam a punições, eventualmente severas, não pela condenação da violência que neles estava contida, mas pelo desrespeito do ato aos princípios religiosos. No caso do estupro, o desrespeito voltava-se à honra e ao patrimônio da família. Nessa lógica da Era Clássica, a dor da vítima nunca foi exatamente a motivação inicial para a condenação do crime, mas os prejuízos morais de tutores, pais e maridos. Duas consequências disso: “a dor da vítima não é a primeira a ser levada em conta”, e “a moça ‘sem dono’ [...] é logo de início menos protegida”.¹⁵

Se a consideração for justa, será também sensato entender que os contos I 3 e III 6 de Trancoso lidam mais com a quebra do patrimônio ético da família do que efetivamente com a vitimização e a dor moral da mulher. A honra delas, movida pelo heroísmo e pela determinação estoica, por mais bela e exemplar que seja, é apenas pretexto, ou antes, a representação e o resultado de uma obediência a esse patrimônio. Isso faz com que os contos em análise não sejam exatamente histórias de mulheres, ou para mulheres, mas narrativas de homens, a eles destinadas, para colocar em cena, e em xeque, a composição moral do patrimônio intangível da família.

Mais que histórias para homens, são histórias destinadas a nobres, porque para eles converge um corpo doutrinário de admoestações sobre o amor e a luxúria. Se os raptos fossem homens rústicos, plebeus de segunda categoria, a intenção das narrativas possivelmente teria sido outra. De grandiosa estirpe, Maurício, do conto III 6, e o “fidalgão de título”, do conto I 3, são emblemas de uma nobreza caída na brutalidade, mas a tempo recuperada, seja pelo arrependimento, seja pela reprimenda de seus pares ou superiores. A maldade da nobreza não deve ser legitimamente má, mas apenas o breve passeio por uma escorregadela no vício: é o mal que se repara. Imbuídos do brio e da excelência que, de resto, sempre caracterizaram a sua classe, os fidalgos assumem procedimentos moralmente contraditórios, como o assalto violento à donzela desprotegida e, ao mesmo tempo, o encantamento pela resistência dela. Há algo de sádico e presunçoso neles, pelo menos num primeiro instante, quando ainda tomados pela lascívia. Os privilégios de classe os protegem da punição judicial, e eles sabem disso. Maurício presume

¹⁵ VIGARELLO. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*, p. 52.

que será fácil levar a seu gozo a filha do moleiro, porque suspeita que a pobreza não pode esconder “preços muito maiores”.¹⁶ Caso semelhante de reparação do erro estará, por exemplo, no conto III 8 do livro de Trancoso, em que o nobre e soberbo Felício, ferido na sua honra, mata Pompeio, rapaz de origem humilde escolhido pela princesa Aurélia para casamento. Mas Felício terá tempo para reparar os ímpetos de sua brutalidade, quando, anos depois, terá o ensejo de salvar a mesma princesa das mãos do rei de Aragão, outro nobre que anseia por tomar à força uma mulher e suas riquezas.

A soberba e o senso de superioridade, nos contos aqui selecionados, dão espaço à descoberta surpreendente de que a virtude pode habitar lares mais modestos. Será esta também a descoberta do sádico marquês Valtero (do conto III 5), casado com a humilde e resignada Grisélia, e disposto a colocá-la à prova de suas desconfianças, por meio de métodos estúpidos e inacreditáveis, levando a esposa aos mais desumanos sacrifícios e gestos de humilhação. Herdeira do famoso conto final do *Decameron* (X 10), de Boccaccio, possivelmente por intermédio de Timoneda, essa narrativa é outro exemplo de história para homens colocando em xeque a salvaguarda de suas famílias. Mas é possível que Boccaccio não o tivesse entendido dessa forma. Afinal, Trancoso define o marquês como “homem mancebo dotado de grandes forças e rara gentileza, não menos nobre em virtude que em linhagem”,¹⁷ enquanto Boccaccio o qualifica como homem capaz de “uma estupidez insana”.¹⁸ Mesmo tendo em mãos o modelo livre e desembaraçado do contista italiano, Trancoso prefere a involução moralista: “fundamentada por uma fórmula verbal que se baseia numa concepção de vida estável e conservadora, a lição de moral serve para meditação posterior e para a elaboração de um código de princípios que possa julgar as situações do dia-a-dia”.¹⁹

Se as histórias aqui selecionadas servem aos homens, especificamente aos nobres, por dizerem respeito à reparação de suas maldades e à salvaguarda do patrimônio familiar, mais do que às angústias femininas, pode-se pensar em alguns contos de Trancoso como

¹⁶ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 6, p. 284.

¹⁷ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 5, p. 276.

¹⁸ BOCCACCIO. *Decameron*, p. 613.

¹⁹ FERRO. Aspectos da recepção do “Decameron” nos “Contos e histórias” de Trancoso, p. 197.

reafirmação e consolidação da honra nobiliárquica, mesmo que boa parte de suas narrativas esteja focalizada no interior das casas de classe média. Manuel Ferro chega a sugerir que o escritor português, ao trazer a seu país as fábulas italianas do Renascimento, é levado a fazer adaptações inevitáveis, ajustando contextos nobres para a vida mercantil burguesa.²⁰ Sim, mas os nobres continuam sendo o que são: nobres e diferenciados. A educação, e mesmo o amor, nas possibilidades mais idealistas e românticas de interpretação, podem nivelar e aproximar as classes, mas “os nobres continuam a distinguir-se dos outros estados pela sua maneira de estar, pelo seu comportamento e por algumas características exteriores indiciadoras do tipo de educação que tiveram”.²¹

É certo que há histórias no livro de Trancoso que desmentem em parte esse pressuposto: um jovem, filho de mercador, no conto II 2, acaba tornando-se rei da Inglaterra, conquistando a mão da princesa num torneio de cavaleiros, manipulando as armas como o faria um nobre veterano de guerra. Sim, contou com o apoio milagroso de uns santos e precisou passar por cima do preconceito, do fato de que lhe punham “por defeito ser forasteiro e que podia ser que não fosse de casta que a merecesse”.²² Em outros termos, há um “defeito” em ser filho de mercador num torneio de competidores que primam pelo sangue nobre, e o rapaz precisará provar que é digno daquilo que conquistou. Aqui e ali, vemos outros mercadores ricos, ou mesmo indivíduos pobres e honrados, que se distinguem pela virtude, pela grandeza de caráter, como as mocinhas donzelas e “sem remédio” ultrajadas pelos “lobos carniceiros”, como são definidos os homens de Maurício, no conto III 6.

Mas se a nobreza não é garantia de virtude e se os lares mais modestos reservam a surpresa da honra e do recato, nem por isso a nobreza de sangue deixa de ser um patrimônio nutrido e engalanado pelo requinte civilizatório e pela distinção. Os mercadores e os pobres são moralmente bons, porque servem a um plano religioso e doutrinário de Trancoso, sempre disposto a premiar a justiça e sugerir a salvação da alma. Vitimados pela injustiça social, são recompensados pela justiça de Deus, ou mesmo por dois ou três juízes que acreditam nas virtudes

²⁰ FERRO. Aspectos da recepção do “Decameron” nos “Contos e histórias” de Trancoso, p. 189.

²¹ NOBRE. *Um texto instrutivo do século XVI de Gonçalo Fernandes Trancoso*, p. 194.

²² TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, II 2, p. 196.

e na inocência, como no caso do filho mais velho do rico mercador do conto II 16, indivíduo honesto que carregava o castigo de ter se casado sem o consentimento do pai. Acusado de três crimes que não cometera, é inocentado e ainda se torna rico, modelo inevitável de persistência e resignação estoica. Os modestos, ou mesmo os mercadores ricos, são mais ou menos isto: a estampa visível de um catálogo de virtudes que Trancoso expõe como modelos de persistência. Os nobres, ao contrário, são apenas nobres e, ainda que metidos na vergonha da luxúria e da impetuosidade, mostram que a honra é privilégio de sua natureza, essência profunda que se encontra na alma, na formação de uma vida inteira, e que não se apaga por um ou outro pecado da masculinidade.

Trancoso, mesmo adulando os mercadores de seu tempo, em plena época de expansão do império português, concedendo-lhes o recato e a integridade de um patrimônio moral de família, não deixa de aderir também, talvez em conquista literária mais sólida, à velha bandeira aristocrática, motivação renascentista de elogio da nobreza, o que levaria o autor a oferecer o livro à “Rainha Nossa Senhora”, Dona Catarina, irmã do imperador Carlos V e esposa do rei D. João III. Nesse sentido, Trancoso não será diferente de um sem-número de poetas e escritores de seu tempo, desde Gil Vicente, para os quais o plano cultural e político da nobreza, projeto essencialmente renascentista, previa um quadro de diferenciações éticas do cortesão.

Escrevendo na segunda metade do século XVI, possivelmente logo depois da peste de 1569 em Lisboa, a julgar pelo que ele próprio afirma no prólogo da primeira edição, Trancoso mostra-se o herdeiro de um antigo programa ético e filosófico que se formava na intelectualidade portuguesa desde o século anterior. Michelle Souza e Silva, em seu estudo sobre a tratadística moral do quatrocentismo português, considera que esse cenário de fim da Idade Média, posterior aos acontecimentos do Interregno de 1385, compõe uma espécie de reconfiguração da moral cristã, especialmente abordada pelos próprios governantes, em textos como *O livro da montaria* (1415-1433), de D. João I, o *Livro da virtuosa benfeitoria* (1418-1425), do Infante D. Pedro, e talvez o mais impactante deles, o *Leal conselheiro* (1437-1438), do rei D. Duarte.

Somados aos tratados religiosos anônimos da mesma época, como o *Bosco deleitoso* e o *Horto do esposo*, síntese do pensamento espiritual do Mosteiro de Alcobaça, os livros de filosofia moral escritos pelos soberanos compõem o grande projeto político e filosófico autóctone que

será a base do pensamento renascentista português. No todo, propõem uma síntese entre a ética cristã e o estoicismo de Sêneca, oferecendo uma filosofia da prática cotidiana apoiada no regramento dos costumes, na salvação da alma, nos cuidados de si e no controle dos ímpetus do corpo.²³ O programa dos soberanos de Avis, consolidando a legitimação política da casa que assumira o poder régio no final do século XIV, é um plano doutrinário essencialmente nobre, ainda que tomado por uma moral estoica e religiosa:

[...] a nobreza se destaca nessa construção moral, tanto por serem os seus membros os destinatários privilegiados dos tratados doutrinários, quanto pela sua fixidez, dada pela hereditariedade, o que permite vasculhar suas práticas e condutas. A nobreza de corte diferencia-se pelo uso dos seus poderes senhoriais, pelo poder econômico, por suas funções na defesa do Estado e, sobretudo, pela proximidade com o rei, o que lhes possibilita o recebimento dos benefícios.²⁴

Os rastros do programa filosófico de Avis são visíveis ainda no tempo de Trancoso, passando pelo fervor religioso e militar de D. Sebastião e, de certa forma, encontrando seu fortalecimento por influência do corpo doutrinário renascentista da Europa. No campo de uma moral filosófica elitista, por exemplo, D. Duarte, no *Leal conselheiro*, pelos idos da primeira metade do século XV, deixava claro que seu livro era escrito para o proveito de poucos: “escrevo para vós e outras pessoas de corte”, ele afirma no capítulo 53 de seu tratado.²⁵ D. Duarte, obediente à moral católica, mas antecipando recursos do Humanismo que terá voga no fim de seu século, parece ter sido o “rei filósofo”, como muitos o viram, ainda que ele não pretendesse nem ousasse a exposição sistemática de uma filosofia, pois buscava não mais que apontamentos para a prática da vida cotidiana. Mas tinha olhos postos na vigilância da nobreza. Ao expor a teoria das quatro vontades da alma (a carnal, a espiritual, a tibia e a virtuosa), por exemplo, afirma com severidade que os cavaleiros e defensores do Estado com “tibia vontade” deveriam ser mais dignos de

²³ SOUZA E SILVA. *Ler e ser virtuoso no século XV*, p. 21.

²⁴ SOUZA E SILVA. *Ler e ser virtuoso no século XV*, p. 70.

²⁵ D. DUARTE. *Leal conselheiro*, p. 262.

“lavrar e criarem bestas e gados”.²⁶ O puxão de orelha era uma evidência: o rei projetava para sua nobreza um programa moral destinado às almas de vontade virtuosa, não aos fracos levados à tentação.

O rei da casa de Avis, católico moralista e pedagogo, escrevendo aos nobres, visando os cuidados e a prática da virtude entre seus pares, não deixaria de se preocupar com uma sistematização rigorosa dos pecados estabelecidos pela Igreja, e naturalmente o fará em mais da metade de seu texto. E depois de colocar em pauta o pecado da luxúria, no capítulo 30 de seu livro, conforme as obviedades que o gênero permite, inova com dados adicionais no capítulo 47, referindo-se às sutilezas desse pecado ao extrair um excerto de Tomás de Aquino sobre o “perigo da conversação das mulheres espirituais”.²⁷ Era o contributo à misoginia de seu tempo: é sempre ameaça previsível manter conversação com as mulheres, mesmo as mais espiritualizadas, pois que os “escárnios e enganos” do diabo se demonstram especialmente nas mulheres.²⁸ Será como dizer que a luxúria, mesmo sendo pecado cometido pelos homens, no ímpeto das paixões, na brutalidade da hora, é sempre o engano do diabo contido na instável natureza das mulheres. D. Duarte, e mesmo o Infante D. Pedro, são discípulos do estoicismo medieval, e para eles a virtude (*virtus*) é coisa de homens. E nobres.

As narrativas I 3 e III 6 dos *Contos e histórias de proveito e exemplo*, de Gonçalo Fernandes Trancoso, mudam razoavelmente as suas feições quando entendemos que o autor é também um discípulo do estoicismo medieval e possível leitor dos reis filósofos da casa de Avis. Sêneca, Cícero e os padres da Igreja podem lhe ter chegado por vias indiretas, mas o suficiente para definir um programa de moralidades. Os contos referidos são também, a exemplo do tratado de D. Duarte, um puxão de orelha para os nobres tomados de luxúria e incapazes de conter o seu ímpeto. O discurso da mocinha raptada por Maurício, no conto III 6, é duro e pontuado de uma sobriedade constrangedora: “não

²⁶ D. DUARTE. *Leal conselheiro*, p. 46.

²⁷ Uma nota de Joseph M. Piel para uma edição crítica do *Leal conselheiro*, de D. Duarte, mantida por João Morais Barbosa, esclarece o seguinte sobre o capítulo 47: “este capítulo é constituído pela tradução bastante livre, ou antes pela paráfrase de um trecho do opúsculo ‘De modo confitendi, et de puritate conscientiae’, atribuído a São Tomás de Aquino, que no original latino [...] se intitula: ‘De periculo familiaritatis dominarum, vel mulierum’, p. 189” (DUARTE, *Leal conselheiro*, p. 232, nota).

²⁸ D. DUARTE. *Leal conselheiro*, p. 235.

sei pera que quereis, por um fraco apetite, pôr tamanha nódoa em quem vós sois”, ela diz ao cavaleiro raptador. E mais: “digo que em vós não se acha senão um ânimo pusilânime, ãa vontade fementida, um coração de baixo e vil preço”. E mais ainda: “E vós, senhor, cuidais que a probreza de meus hábitos tem encoberto menos virtude que os ricos e soberbos vestidos das grandes senhoras”.²⁹ O mesmo fará a lavadeira raptada pelo “fidalgo de título”, ao lhe jogar à cara que “não quisesse sujar a nobreza e grande linhagem donde vinha”.³⁰

A resposta do cavaleiro moralmente humilhado pela filha do moleiro, seguindo uma imitação empobrecida do discurso petrarquista do amor, em que a amada esquiva deveria dar remédio aos males do amante, não convence. O nobre se torna mal, indivíduo de baixo e vil preço. Só o arrependimento ou a reprimenda de superiores, somados a uma atitude remediadora, poderá consertar o imperdoável desacerto. Boccaccio, de resto um escritor de tendência aristocratizante, pensou um nobilíssimo rei Carlos, no conto X 6 do *Decameron*, um monarca flagrado numa paixão incontrolável por duas mocinhas gêmeas, mas tomado de vergonha e decidido a pôr fim a seu tormento: vence os ímpetos de sua paixão e casa as meninas com dois fidalgos da corte. É história de virtudes estoicas: resignação, vontade virtuosa (como dirá D. Duarte), controle dos ímpetos.

Os nobres de Trancoso aqui analisados não foram tão nobres, mas tiveram tempo de consertar o estrago que fizeram – o primeiro, tomado de vergonha pela superioridade das virtudes da menina, o segundo, ferido nos brios pela admoestação de um seu superior. Sórdidos e lascivos muito embora, são indivíduos que mostram que por trás da fachada de soberba e brutalidade, existe a essência do que é ser nobre. Afinal, no “fidalgo de título” do conto I 3, a face do homem lascivo é inteiramente apagada pela face do nobre sensibilizado pela determinação estoica da jovem lavadeira. As reprimendas de D. Duarte podem ter tido reflexos tardios nos contos do escritor português. Sim, mais que narrativas sobre a dor de mulheres raptadas e coagidas, trata-se de histórias sobre como a nobreza deve provar e passar a limpo suas velhas estratégias de diferenciação social: a polidez, o requinte, a virtude, a civilidade, o controle de si. Conforme aqui já se disse, a maldade da nobreza não é essencialmente má, é fogo impetuoso que se repara pela fidalguia da classe.

²⁹ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 6, p. 286.

³⁰ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, I 3, p. 119.

Para o leitor moderno, é possível que o desenlace das tramas soe como algo inadmissível. Ao cabo das peripécias, as moças ainda são levadas a casar com os seus próprios agressores. Mais que isso: mostram-se felizes com a “punição” deles e (horror dos horrores) sentem-se até mesmo indignas do casamento. No caso da filha do moleiro, por exemplo, o narrador nos diz que “o prazer da pobre donzela era tamanho que bem o dava a mostrar no contentamento de seu rosto”.³¹ A lavadeira do conto I 3, num rasgo de auto-humilhação que lembra a Griselda de Boccaccio (a Grisélia de Trancoso, do conto III 3), chega a pedir ao fidalgo que ele a mande como “a menor de sua casa”, aceitando e incorporando o discurso social segregativo da Era Clássica, a partir da máxima “eu não mereço”.³²

As imposições sociais são rígidas, inevitáveis, e Trancoso devia saber que seus enredos são inverossímeis. Georges Vigarello, no estudo já mencionado, aponta para os velhos privilégios de classe e para a impunidade dos crimes envolvendo a fidalguia: a brutalidade física contra a doméstica será “discretamente” negligenciada pelas autoridades.³³ Mas Trancoso, que por vezes se aproxima das idealizações sociais do conto de fadas (o conto I 3, por exemplo, sugere rápida analogia com a Cinderela), não busca a verossimilhança, mas um modelo de virtuosidade nobre a ser ostentado nos seus enredos.

Sim, os desenlaces são surpreendentes e inadmissíveis para o leitor moderno, mas apenas na medida em que hoje compreendemos o rapto e a violência contra mulheres exatamente como aquilo que são: uma violência contra mulheres. No entanto, se o papel social da mulher for interpretado como representação simbólica de um patrimônio familiar, uma espécie de composição dos estratos morais de uma herança a ser preservada, será justo compreender que os raptos deverão ressarcir as suas vítimas, comprometendo-se ao casamento – esta talvez a situação mais historicamente romântica e inverossímil de Trancoso.

Por essa lógica social da época renascentista, o “castigo” que o duque Alexandre de Médici impõe a Maurício, no conto III 6, é fazer com que o jovem se sinta obrigado ao compromisso da legitimidade conjugal, quando ele queria apenas o gozo e a diversão sexual na classe baixa. Afinal, o matrimônio deverá implicar fiança ao pai da menina,

³¹ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 6, p. 292.

³² TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, I 3, p. 121.

³³ VIGARELLO. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*, p. 26.

legalidade jurídica e religiosa, direitos de sucessão e, acima de tudo, herança. Ademais, a filha do moleiro, humilde e órfã de mãe, ficava agora “alevantada em honra e estado”, ressarcimento razoável para sua condição de “moça tão pobre de remédio”,³⁴ pelo menos a julgar pela já referida lógica social da época histórica em questão. Assim dito, pode soar efetivamente como punição, se o jovem queria apenas se divertir, ainda que ele faça um belo, mas não muito convincente, discurso sobre o amor diante da vítima aprisionada. As imposições jurídicas do duque de Médici, bem como o discurso que antecede a sua sentença, para além do rigor na aplicação da lei, sugerem, antes de tudo, a consciência de que Maurício buscava tão somente a lascívia pecaminosa: “E daqui por diante a estimareis e lhe quereis tanto quanto até agora lhe mostráveis querer pera outro fim”.³⁵ O jovem, que esperava não menos que a morte (sentença improvável para a sua condição social e para as circunstâncias jurídicas do caso), deita-se aos pés do duque e chora palavras de gratidão, demonstração retórica de arrependimento, depois do silêncio revelador de sua vergonha. Arrependimento e vergonha? Mas isso é suposição do leitor, porque o narrador nada diz sobre a conduta de Maurício: o rapaz terá evidenciado publicamente o vexame de seu ato? O casamento na classe baixa, de toda forma, não parece ter perturbado os ânimos do cavaleiro. Afinal, “os desposados e novos casados viveram em muita paz e amor muito anos, de que houveram filhos [...]”.³⁶

Já o “fidalgo de título” do conto I 3 revela contrição mais elevada. Sem a advertência de superiores, sem a imposição e o rigor da lei, busca ele mesmo reparar o seu erro, pelo reconhecimento das virtudes da mocinha raptada. Comovido e ostentando um gesto de auto-humilhação, o rapaz faz promessas conjugais de altas virtudes, que ela entende como “grandes mercês” que ele oferece. As motivações éticas do conto serão as mesmas: o castigo à nobreza que buscava um passeio luxurioso e vexatório pela classe baixa, o arrependimento, o acordo, o pacto consensual, a ascensão social da menina, o final feliz.

Não fossem as cenas de violência, Trancoso teria escrito contos de fadas, em que o príncipe se encanta pela beleza e pelas virtudes da mocinha pobre. Mas os contos em análise significam bem mais que isso.

³⁴ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 6, p. 292.

³⁵ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 6, p. 292.

³⁶ TRANCOSO. *Contos e histórias de proveito e exemplo*, III 6, p. 292.

São histórias que, além de colocar em pauta o heroísmo de mulheres estoicas e honradas, espelhos de caráter e virtude, representam, antes de tudo, boas oportunidades para que a nobreza masculina possa ostentar sua grandeza de caráter e o acervo de suas virtudes e dignidades, seja pelo arrependimento, seja pela capacidade de se encantar com a força determinante dos humilhados. Mas se as mulheres, naquele cenário histórico, representam a imagem guardiã de um discurso da tradição, é razoável compreender que elas, a despeito de sua imagem como espelho das correções e emendas da brutalidade de homens nobres, entram em cena para cumprir o papel de um bem roubado, um patrimônio de família violado por uma nobreza caída no mal, mas a tempo recuperada. Apesar do heroísmo que às mulheres é atribuído, parece mesmo que elas entram em cena como forma de se representar um objeto perdido e restituído aos pais ou tutores, para além de seu papel de espelho das virtudes. Depois de ultrajadas e violentadas, aceitam o casamento com seus próprios agressores, não apenas porque agora os rapazes são outros, mais sensíveis e mais virtuosos, mas, sobretudo, porque estão dispostos ao ressarcimento de um prejuízo moral da família. Ao fim, elas podem se orgulhar de suas histórias: saíram honradas, mesmo tendo de levar ao leito conjugal aqueles que as violentaram.

Referências

BERARDINELLI, Cleonice. Um *best-seller* do século XVI. In: _____. *Estudos de literatura portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. p. 77-80.

BOCCACCIO, Giovanni. *Decameron*. Trad. Ivone C. Benedetti. Porto Alegre: L&PM, 2013.

DASÍ, Emilio J. Sales. “Ver” y “mirar” en los libros de caballerías. *Thesaurus* – Boletín del Instituto Caro y Cuervo, Bogotá, tomo XIV, n. 1, 1999, p. 1-34.

DONATI, Cesarina. Non solo virtuosa: diverse tipologie femminili nella narrativa di Gonçalo Fernandes Trancoso. *Revista de Letras*, Vila Real, v. 2, n. 8, p. 123-134, dez. 2009.

DUARTE, Dom. *Leal conselheiro*. Ed. João Maria Barbosa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

FERRO, Manuel. Aspectos da recepção do “Decameron” nos “Contos e histórias” de Trancoso. Separata de *Estudos Italianos em Portugal*, n. 51-53, p. 179-206, 1988-1990.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *A novelística portuguesa do século XVI*. Trad. Carlos Moura. Amadora: Ministério da Educação e Cultura, 1978.

MIMOSO, Anabela. *Contos & histórias de proveito & exemplo: uma obra exemplar*. *Línguas e Literaturas* – Revista da Faculdade de Letras do Porto, v. 15, p. 259-329, 1998.

NOBRE, Cristina. *Um texto instrutivo do século XVI de Gonçalo Fernandes Trancoso*. Leiria: Magno Edições, 1999.

PALMA-FERREIRA, João. Gonçalo Fernandes Trancoso. In: _____. *Obscuros e marginados: estudos de cultura portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980. p. 29-83.

SOUZA E SILVA, Michelle. *Ler e ser virtuoso no século XV*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

TRANCOSO, Gonçalo Fernandes. *Contos e histórias de proveito e exemplo*. Ed. Fernando Ozorio Rodrigues. Niterói: Editora da UFF, 2013.

VIGARELLO, Georges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.